

Sumário

Apresentação – ADA PELLEGRINI GRINOVER	11
Lista de Abreviaturas	15
Introdução	19
1. Parâmetros constitucionais: Constituição do Estado da Bahia e necessidade de regulamentação estadual. Análise perfunctória do Dec. Fed. 2.181, de 20.03.1997, e seu antecessor	21
2. A Administração Pública e a proteção do consumidor	35
2.1 A dicotomia público x privado	36
2.2 Poderes da Administração	38
2.3 O que é Procon	39
2.4 Órgãos administrativos estaduais vinculados à aplicação da norma	40
2.5 Responsabilidade civil x responsabilidade administrativa	54
3. Processo administrativo e operacionalização	57
3.1 Procedimentos e princípios	60
3.2 Formas de instauração do processo. Os direitos fundamentais. Decisões, recursos e seus efeitos	73
3.3 Sanções administrativas	83
3.4 Inscrição na dívida ativa da penalidade pecuniária e execução ...	104
3.5 Fundo de Direitos Difusos (FDD), fundos estaduais e municipais	108
4. Compromisso de ajustamento de conduta	117
4.1 Garantias, multa e homologação judicial	118
5. Instrumentos para efetividade da norma	123
5.1 Política estadual para o consumo	123
5.2 Municipalização	125

5.3	Central de Defesa do Consumidor.....	128
5.4	Educação para o consumo.....	130
5.5	Celebração de convênios e consórcios administrativos	132
5.6	Comissão estadual permanente de defesa do consumidor	134
5.7	ACP, como instrumento jurídico: os órgãos administrativos como co-legitimados	135
5.8	Incentivo para criação de entidades civis em defesa do consumidor	136
5.9	O extinto CNDC e os Conselhos Estaduais de Defesa do Consumidor	138
6.	A sanção pecuniária como mecanismo de efetividade da norma	143
6.1	A natureza da norma consumerista: as locuções ordem pública e interesse social	143
6.2	Questões principiológicas	148
6.3	O princípio da proibição do retrocesso	150
6.4	Os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da proibição do excesso	153
6.5	Questões principiológicas no CDC	157
6.6	Os princípios da harmonização dos partícipes no mercado de consumo e da coibição e repressão eficientes de todos os abusos	163
6.7	Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	166
6.8	A multa administrativa como instrumento de defesa do consumidor	173
	Posfácio – CLAUDIA LIMA MARQUES	185
	Bibliografia	191
	Obras publicadas nesta série	198